

Thiago Krause • Rodrigo Goyena Soares

# IMPÉRIO EM DISPUTA

Coroa, oligarquia e povo na  
formação do Estado brasileiro  
(1823-1870)

# SUMÁRIO

Uma outra história do Brasil 7

Prefácio 9

Introdução 13

CAPÍTULO 1. O MONARCA E AS OLIGARQUIAS –  
MAS E O POVO? (1823-31) 27

A Constituição de 1824 e as instituições imperiais 29

Entre as potências da Terra 54

“Nossa Revolução Gloriosa” 75

CAPÍTULO 2. LABORATÓRIO DA NAÇÃO (1831-37) 85

Reforma ou Revolução? 87

Liberdade e igualdade em uma sociedade escravista 102

Separatismos de Norte a Sul 122

CAPÍTULO 3. ORDEM E REGRESSO (1837-48) 129

Fazer parar o carro da revolução 131

A afirmação conservadora 153

Liberalismo Saquarema 178

CAPÍTULO 4. PAX ESCRAVOCRATA (1848-62) 183

Os pilares da trindade conservadora 186

A conciliação de Carneiro Leão 223

A política externa conservadora 243

CAPÍTULO 5. CRISE DA ORDEM IMPERIAL (1862-70) 257

O renascer liberal e a liga progressista 264

A marcha para a guerra 276

Os caminhos da emancipação 286

A implosão da ordem 308

EPÍLOGO: O REFORMISMO DO VISCONDE DO RIO BRANCO 321

*Caderno de imagens*

*Agradecimentos* 329

*Notas* 331

*Referências* 361

*Fontes* 361

*Fontes impressas* 363

*Bibliografia* 367

*Sobre os autores* 400

# UMA OUTRA HISTÓRIA DO BRASIL

Este é o segundo volume da coleção “Uma outra história do Brasil”, que se iniciou com *Brasil em projetos*, de Jurandir Malerba.

A intenção é apresentar sínteses autorais que focalizem os grandes projetos elaborados por diferentes grupos políticos que atuaram no país ao longo dos últimos 200 anos.

A coleção visa disponibilizar para o grande público a trajetória da construção da nação, com seus conflitos, momentos de conciliação, fracassos, de forma a permitir entender porque somos um país tão excludente e desigual. Esperamos que as publicações contribuam para um melhor entendimento da nossa história e para o fortalecimento das lutas por um país mais justo e democrático .

A coleção tem previsão de publicação de mais 3 volumes, assim organizados com os seguintes títulos provisórios: *Expectativa e frustração: os projetos de uma República malograda*; *Modernização e nacionalismo (1920-1964)*; *Tradições em debate: autoritarismo e neo liberalismo*.

MARIETA DE MORAES FERREIRA

## PREFÁCIO

# IMPÉRIO EM DISPUTA

Este volume, parte da coleção “Uma outra história do Brasil”, da FGV editora, traz uma grande contribuição para a história do Brasil Império. Ele reúne dois jovens historiadores, com trajetórias acadêmicas distintas no que refere aos temas prévios de estudo e às escolas historiográficas em que se formaram, mas cujas respectivas preocupações convergem de maneira clara. A excelência da pesquisa de base, uma escrita da história teoricamente informada e o cuidado permanente em articular perspectivas analíticas em geral tomadas como antagônicas são aspectos que unificam os percursos de Thiago Nascimento Krause e Rodrigo Goyena Soares. Eles se valem desse equipamento para enfrentar o difícil desafio de apresentar uma nova síntese historiográfica sobre o Império do Brasil, voltada tanto aos especialistas como ao público leitor mais amplo.

Exercícios como este, que conjugam pleno domínio do campo, mobilização de fontes primárias, discussões historiográficas de fundo e uma exposição elegante e direta, porém sem simplificações, infelizmente são raros em nosso meio historiográfico. Se, por um lado, o culto à

monografia — verificado em teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos publicados em revistas especializadas — foi imprescindível para que a historiografia brasileira desse o salto constatado após a profissionalização do ofício da história em nossas terras (no que já vai meio século...), por outro lado, ele levou a um certo desdém com as obras de síntese. Livros com esse escopo ajudam, e muito, a colocar ordem no campo. Fora do Brasil, eles gozam de um prestígio acadêmico e intelectual que não têm por aqui. Talvez o exemplo máximo do que estou afirmando sejam as quatro *Eras* compostas por Eric Hobsbawm entre 1962 e 1994: malgrado seu enorme sucesso editorial no Brasil, essas obras não estimularam nossos melhores historiadores e historiadoras a produzirem algo semelhante — mesmo que fosse tão somente na forma — relativo à nossa história.

O período imperial brasileiro tem gerado nos últimos anos um sem-número de ótimos trabalhos acadêmicos. Porém, salvo exceções, o que predomina é a fragmentação temática, espacial e cronológica das perspectivas adotadas. Não raro, quem trabalha com escravidão crê que examinar os grupos dirigentes nada lhe acrescentará; quem examina a cultura acredita que a economia constitui um mundo à parte; quem olha para o Rio Grande do Sul não olha para o Vale Amazônico. Os exemplos poderiam ser multiplicados. Acrescenta-se a dificuldade inata em lidar com uma quadra ao longo da qual o Brasil passou por várias convulsões políticas e sociais, cisões profundas entre o Primeiro Reinado e o Segundo Reinado e o maior conflito militar externo já enfrentado por nosso Estado nacional.

Diante de tais desafios, Krause e Goyena Soares realizaram um enorme feito. Eles nos apresentam uma combinação equilibrada de narrativa temporal e descrição analítica que se mostra notavelmente capaz de dar conta da dialética da duração de um arco de tempo que vai da fundação do Império do Brasil à sua crise, a que se seguiu ao término da Guerra do Paraguai e à aprovação da Lei do Ventre Livre. A cada passo, os autores explicitam as articulações de fundo entre a chamada alta política e os movimentos sociais dos subalternos, a política externa e os caminhos tomados pela construção da ordem

nacional, a história financeira e seus desdobramentos na reiteração cotidiana das relações sociais.

A síntese interpretativa que eles trazem tem dois pontos de fuga. O primeiro é a centralidade da escravidão negra para nossa formação como um país independente. Mais do que um legado colonial que o Império se encarregaria de encerrar assim que possível, a *escravidão como um projeto nacional*, imposto ao conjunto do país em meio a disputas de toda ordem, foi o que deu a solda para a construção do Estado nacional brasileiro sob a roupagem de uma monarquia constitucional. O segundo é a recusa a uma leitura personalista da história, algo que tem se manifestado na multiplicação recente de biografias. O livro opera, de forma muito sofisticada, com o pressuposto da relativa autonomia do político em relação ao quadro econômico nacional e às ordens regionais e globais mais amplas. Mas, no reverso dessa medalha, os autores tampouco deixam de chamar constantemente a atenção para as articulações dialéticas das diversas esferas de existência da vida social, bem como para as dimensões globais de fenômenos que, no mais das vezes, são tomados como exclusivamente nacionais. Pode-se afirmar, aliás, que o livro, ao descortinar os liames entre a escravidão negra, a estrutura financeira imperial e os ritmos da política externa, não apenas sintetiza trabalhos pioneiros realizados nos últimos anos, mas traz, em si, a proposta de uma agenda renovada de investigação.

Tudo isso vem temperado por uma atitude intelectual fortemente antidogmática, que se mostra aberta às mais variadas matrizes teóricas de interpretação do passado brasileiro. Os especialistas saberão identificar facilmente essas marcas abrangentes de tratamento historiográfico; aos não-especialistas, restará a certeza de estarem diante de uma obra de peso, daquelas que conferem um claro sentido histórico ao mundo em que vivemos.

## INTRODUÇÃO

**A**nos depois, quando já no exílio, d. Pedro II voltou a recordar o que considerava seus acertos de meados do século XIX. Um pouco à moda das traições que a memória impõe, porque leal a um sentido honrado que se deseja para a existência, o ex-imperador entendia que havia pacificado o Brasil. Com menos de 15 anos, recebera um Estado conflagrado de Norte a Sul e com uma dupla ameaça externa, a platina e a britânica. Deposto aos 64 anos, entregara um país incólume territorialmente, sem tráfico de escravos e tampouco escravidão, onde primavam o sistema representativo de governo e a liberdade de imprensa. Enquanto remexia com idiossincrática mania de ordem seus relógios e livros, realinhando-os mais uma vez em caixas e prateleiras, d. Pedro II, agora na França, pareceu dar seu último adeus ao Brasil com a redação de sua fé de ofício. Seletiva, sua memória então plasmada em tinta no papel evocava seus projetos de país.

Esforçara-se pela ampliação do eleitorado e queria eleições livres. Pugnara por concursos públicos, para preservar a administração da política, e também por

um Código Civil, para resguardar os direitos da população em suas relações privadas. Dera toda a atenção ao desenvolvimento da infraestrutura física do país, desde o Amazonas até o Prata e daí ao São Francisco, da foz para o interior, ligando o conjunto por estradas de ferro. Amparara a estabilidade monetária e o desenvolvimento de instituições bancárias. Confessou igualmente ter protegido as indústrias naturais e robustecido a alfândega, que era via, naquele então, para compor o orçamento público. Admitiu albergar programas migratórios fundados na propriedade e no aproveitamento das terras. “Nunca deixei de estudar um só projeto”, sustentava o ex-imperador, entre os quais constavam o progresso das artes — a música, a pintura, a escultura, o desenho e a gravura — e da educação nacional. Quis um povo instruído e aspirou ao estabelecimento de duas universidades, uma setentrional e outra meridional.<sup>1</sup>

Tantas ambições e tantos projetos prestaram-se bem ao espírito do século XIX. A máquina a vapor, os teares, o telégrafo, a nitroglicerina — ou os simples fósforos, os faraônicos cabos submarinos, as mortíferas metralhadoras, as profficuas máquinas de escrever, o sereno fonógrafo ou a industriosa liga de aço — pareciam ter reduzido a distância entre a realidade e a utopia, e tudo pareceu possível, quando o campo de possibilidades assumiu o tamanho das maiores quimeras. Como se fosse factível fazer tábula rasa do passado, as mulheres e os homens daquele tempo desejaram recomeçar do zero. Reinventar o Estado, remodelar o mercado, pautar as formas de trânsito social, redescobrir a classe, fazer a nação ou tão somente criar um país.

Resta que tantas aspirações dificilmente encontraram o som bem arranjado e composto das óperas românticas daquele século. As disputas pelo Estado, pelo mercado ou pela nação e entre nações revelaram, em boa medida, que o recomeçar do zero tinha pontos de partida dissonantes. Um pouco à maneira dos historiadores que entram em rota de colisão para qualificar o início do século XIX — uns sugerindo a Revolução Francesa de 1789, outros o Ato de União britânica de 1800, mais alguns, brasileiros, a transmigração da Coroa

em 1808, ou ainda o Congresso de Viena de 1815 para os internacionalistas —, as discórdias entre os que viveram aquela época expressaram diferentes recortes no tempo, para suprimir continuidades em benefício de novas permanências ou para forçar antigas rupturas em detrimento de desconhecidos colapsos.<sup>2</sup>

É que os estratos de tempo e de experiência, como de hábito, haviam-se acumulado desigualmente na passagem do século XVIII para o XIX. Para a elaboração de novos projetos, importou sobremaneira de onde vinham seus formuladores, com quem se relacionavam, onde e como trabalhavam ou consumiam, quanto ganhavam, se negros ou brancos, se homens ou mulheres, se cosmopolitas ou interioranos, se jovens ou velhos. A depender da posição política, econômica e social, os projetos invariavelmente eram outros. No que viria a ser o Brasil, um bocado de estadistas queria contar a partir das reformas do marquês de Pombal, discutidas no primeiro volume desta coleção, mas temperadas com maior dose de autonomia para a antiga colônia. Outros tantos sonharam com um país de feições revolucionárias estadunidenses ou francesas, onde o poder seria tripartido, com maior ou menor grau de descentralização provincial, porém sem a característica republicana. Muitos ansiaram que a entrada em cena do Brasil independente se desse conforme o liberalismo político e econômico tão em voga, mantendo, contudo, a escravidão intocada. Os mais radicais — vistos então como drásticos demais, mas hoje quicá assim tidos por terem ido à raiz dos problemas fundantes daquele tempo — foram os que negaram o cativo, cobiçaram a república e suspiraram pela federação, não necessariamente combinando os três anéis. Apetecia-lhes mais igualdade do que liberdade e, sobretudo quando oriundos de estratos populares, mais fraternidade.<sup>3</sup>

Da ideia originalmente concebida num rincão qualquer do Brasil à sua implementação em todo o território, portanto, havia um mundo de gente. A urgência de uns adaptou-se pouco ao tempo de outros, e as virtudes de um punhado conviveram mal com a oportunidade de suas realizações. Projetos costumam ser a obra de muitos